

caso 11

Como criar uma certificação confiável e transparente?



o caso do Selo de
Acessibilidade
Digital



*O que podemos
copiar e colar
deste projeto?*

Realização de:





PREFEITURA DE SÃO PAULO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Quem fez o Selo de Acessibilidade Digital

Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED)

Secretário	Cid Torquato
Secretária Adjunta	Marinalva Cruz
Presidente da CPA	Silvana Cambiaghi
Secretaria Executiva da CPA	Mel Godoy
Chefe de Gabinete	Roseli Morilla Baptista dos Santos
Coordenadores	Alessandro Freitas, Ciça Cordeiro, Débora Goldzweig, Patrícia Galdi Durante e Renata Belluzzo Borba



PREFEITURA DE SÃO PAULO INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

SMIT Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia

A Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, através do (011).lab, o laboratório de inovação da Prefeitura de São Paulo, desenvolve um conjunto de ações voltadas para a gestão do conhecimento de práticas inovadoras dos mais de 114 mil servidores públicos da Prefeitura de São Paulo. O CopiCola é uma das iniciativas e tem papel fundamental para fomentar a inovação dentro e fora da Prefeitura de São Paulo.

Agradecemos a todos os profissionais envolvidos por compartilhar os aprendizados relacionados a essa boa prática e, sobretudo, por acreditar na importância da gestão do conhecimento e no potencial de replicabilidade que esta prática tem na administração pública.

SECRETÁRIO
Juan Quirós

SECRETÁRIO-ADJUNTO
Daniel Glaessel Ramalho

**COORDENADORES
DO (011).LAB**
Felipe Maruyama*
Vitor Fazio

COORDENADORES DO PROJETO
Felipe Maruyama
Tatiana Perfoli

ASSESSORIA TÉCNICA
Maíra Tatit

*Responsável pela concepção visual do programa CopiCola

Realização



Coordenação: Graziela Luz Castello e Monise F. Picanço
Equipe: Daniela Costanzo, Fabio Keinert, Paula S. Santos,
Priscila Faria Vieira, Tomás Cortez Wissenbach
Design gráfico: Eduardo Asta
Ícones: The Noun Project CCBY ©



Essa licença permite distribuição, adaptação e criação a partir deste material, mesmo para fins comerciais, desde que seja atribuído o devido crédito pela criação original.

Fevereiro.2020



**COPI
COLA**

O CopiCola

O CopiCola é uma iniciativa da Secretaria de Inovação e Tecnologia que visa construir capacidades para inovar através da transferência de conhecimento de servidor para servidor da Prefeitura de São Paulo.

Para quem for copiado, é um jeito importante de sistematizar as práticas que muitas vezes estão apenas na cabeça dos próprios servidores. É também um momento para pensar nos erros e nos acertos das políticas.

Para os interessados em “colar”, é uma chance de conhecer boas práticas, se inspirar e conhecer quem já inovou. Assim, o CopiCola proporciona economia de tempo e de recursos, já que erros podem ser evitados e soluções que funcionaram podem ser copiadas, adaptadas a outros contextos e melhoradas.

Todo conteúdo gerado é aberto para copiar, compartilhar e criar a partir dele para qualquer fim, desde que atribuído o crédito apropriado.

Como criar uma certificação confiável e transparente?

CopiCola
CASO

11

APRESENTAÇÃO	6
1. O que é o Selo de Acessibilidade Digital?	8
O projeto	8
Como funciona o Selo de Acessibilidade Digital?	10
Pontos centrais do programa	12
Resultados	13
2. Quais problemas busca resolver?	14
A acessibilidade e a Prefeitura de São Paulo	14
Problemas	18
Por que fazer uma certificação?	19
3. Por que é inovador?	20
4. Como criar uma certificação confiável?	22
Estruturação	23
Articulação	27
Monitoramento	30
Disseminação	30
5. Fatores de sucesso, desafios e aprendizados	32
Fatores de sucesso	32
Desafios e Riscos	33
6. Como replicar?	34
7. Glossário	45
8. Entrevistados	47

Apresentação

O CopiCola é um programa da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia da Prefeitura de São Paulo (SMIT) e tem como objetivo identificar, valorizar, sistematizar e registrar projetos inovadores da PMSP para que outros órgãos possam se inspirar e implementar essas práticas. Para tanto, produz materiais sobre os projetos inovadores, apresentando aprendizados e desafios em sua elaboração, implementação e gestão.

Este guia é o décimo primeiro da série e conta a experiência inovadora de certificação desenvolvida no Selo de Acessibilidade Digital. O documento contempla seis partes principais para que o leitor possa entender e se inspirar na experiência de criar uma certificação confiável e transparente.



O que é o Selo de Acessibilidade Digital?

págs. 8 à 13

O Selo de Acessibilidade Digital é uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo que realiza análise técnica de critérios de acessibilidade em sites e portais da internet de órgãos públicos e da sociedade civil para certificação de conformidade.



Quais problemas busca resolver?

págs. 14 à 19

Buscando enfrentar as dificuldades de colocar em prática a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) no mundo digital, a prefeitura de São Paulo, via a Secretaria Municipal de Pessoas com Deficiência (SMPED), criou estratégias para disseminação da Acessibilidade Digital e a promoção ao acesso de informação.



Por que é inovador?

págs. 20 à 21

O Selo de Acessibilidade Digital é inovador por promover a cultura da acessibilidade através de certificação transparente e confiável. Para isso, envolveu parceiros no processo de concessão e emissão do Selo e criou metodologia de avaliação criteriosa para verificação dos sites baseada em diretrizes nacionais e internacionais de acessibilidade digital.



Como criar uma certificação confiável?

págs. 22 à 31

Os passos para criar uma certificação confiável são: Estruturação de processo de avaliação imparcial com procedimentos claros baseados em critérios bem estabelecidos; Articulação com atores reconhecidos no tema e entre diferentes secretarias para promoção da acessibilidade na prefeitura; Monitoramento automático de sites certificados durante vigência da certificação, garantindo robustez ao Selo; e Disseminação da certificação através de estratégias de divulgação para atores chave e em eventos de negócios.



Fatores de sucesso, desafios e aprendizados

págs. 32 à 33

Essencial para o sucesso do Selo foi ter o respaldo institucional, autonomia da equipe, articulação com diferentes atores relevantes, construção de um processo de avaliação robusto e confiável, e monitoramento dos sites certificados.

Os desafios enfrentados foram o fortalecimento da cultura da acessibilidade, disseminação dentro da prefeitura e garantir a continuidade do Selo.



Como replicar?

págs. 34 à 44

O guia traz um material de apoio para o leitor se inspirar na construção do Selo de Acessibilidade Digital, dando ferramentas para a identificação dos processos necessários para construir uma certificação confiável e transparente?



1

O que é o Selo de Acessibilidade Digital?

O projeto

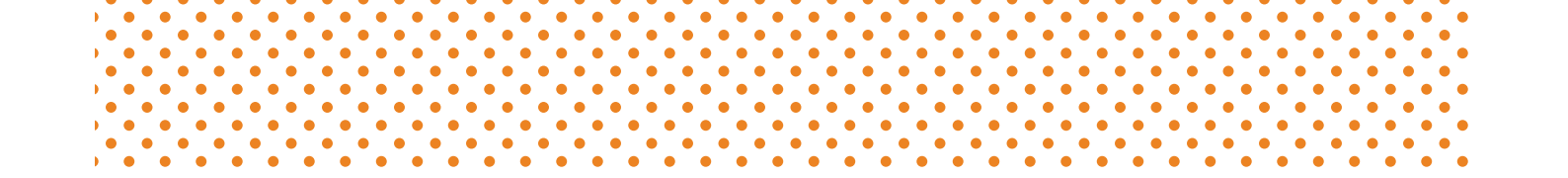
O Selo de Acessibilidade Digital é uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo que realiza análise técnica de critérios de acessibilidade em sites e portais da internet de órgãos públicos e da sociedade civil para certificação de conformidade. Para tanto, a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) estruturou a avaliação e concessão do Selo de maneira confiável e transparente, baseada em normas internacionais e nacionais de acessibilidade digital e registrada no Decreto Municipal nº 58.997, de 4 de outubro de 2019.

Acessibilidade digital é a disponibilização de conteúdos e recursos de modo universal na internet, ou seja, garantindo que o conteúdo possa ser acessado, compreendido e permita interação de qualquer usuário com autonomia e sem barreiras.

A internet se tornou essencial na vida das pessoas para a realização de diversas atividades de seu cotidiano, como busca de informações, comunicação e acesso a serviços públicos e privados. Neste sentido, a Acessibilidade Digital se tornou uma questão pública relevante, prevista por lei para todos os sites brasileiros desde 2015.

Ainda assim, a construção de sites acessíveis e portais eletrônicos é uma prática pouco disseminada no país, especialmente entre desenvolvedores web e publicadores de conteúdo. O Selo de Acessibilidade Digital é uma iniciativa que busca promover essa prática, construindo um símbolo de identificação da acessibilidade em sites.

Para construir uma certificação confiável, a SMPED constituiu uma metodologia de avaliação técnica criteriosa e buscou parceiros para colaborar com o processo de concessão e emissão do Selo, aumentando assim sua imparcialidade. A certificação promove ainda transparência ao permitir que todo cidadão entenda o status do Selo através do atributo digital, presente nos sites certificados.



A constituição do Selo foi ainda importante para disseminar a prática da acessibilidade digital dentro da Prefeitura. Através de uma articulação interna entre secretarias, que constituiu um grupo de trabalho e um workshop para dialogar com os publicadores de conteúdos nos sites da prefeitura e sensibiliza-los quanto à acessibilidade. Hoje, todos os sites de administração direta da prefeitura são acessíveis e certificados pelo Selo.

O Selo de Acessibilidade Digital constrói sua confiabilidade a partir de um monitoramento constante dos sites certificados, mantendo dentro da certificação apenas aqueles que se mantem dentro dos critérios avaliados. Esse monitoramento tem ainda uma inovação tecnológica: o uso de software que automatiza a avaliação constante de cada um dos sites certificados. Esse robô avisa a equipe da SMPED quando algum deles sai da configuração desejada.

O Selo de Acessibilidade Digital é, assim, um caso inovador, por se constituir uma certificação imparcial, transparente, e preocupada com o monitoramento, tendo como um dos seus principais resultados a acessibilidade digital nos sites da prefeitura.



Como funciona o Selo de Acessibilidade Digital?

1º passo

Pedido de certificação

- ▶ O interessado dá entrada no pedido do Selo encaminhando os documentos necessários, que incluem o relatório gerado pelo **Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (ASES-Web)**, a seleção de 20 páginas (incluindo a página principal) do site para serem avaliadas e, para órgãos externos à Prefeitura, o comprovante de pagamento de preço público. Nesta etapa, só serão aceitas as páginas que obtiverem, no mínimo, 95% de aprovação no ASES-Web.



Atenção!

Termos escritos em **ROXO** estão no glossário do guia.

2º passo

Avaliação técnica

- ▶ Se aprovadas na etapa anterior, as 20 páginas passam por avaliação técnica da equipe da SMPED ou do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) realizada manualmente a partir de questionário elaborado na SMPED baseado em normas internacionais de acessibilidade digital. Essa avaliação afere critérios que não podem ser avaliados de maneira automatizada, gerando um Parecer Técnico.



3º passo

Concessão do Selo de Acessibilidade Digital

- ▶ Se o Parecer Técnico da etapa anterior for positivo, ele é encaminhado para a **Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA)**, que delibera pela concessão ou não do Selo de Acessibilidade Digital.

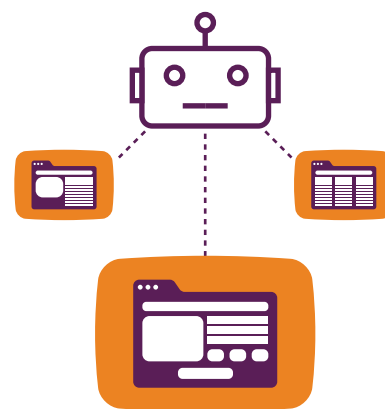


4º passo

Emissão do Selo de Acessibilidade Digital

- ▶ Se a CPA deliberar pela concessão do **Selo**, seu parecer volta para a SMPED que solicita à Imprensa Oficial a emissão do Selo no formato de um **atributo digital**. A validade do Selo é de 2 anos, renovável por mais 2 anos, quando, a empresa interessada em manter o Selo, terá que entrar novamente com o pedido de certificação.

A Imprensa Oficial, além de diversas outras atribuições, é uma Autoridade Certificadora do Governo do Estado de São Paulo responsável por emitir, renovar e cancelar certificados digitais.



5º passo

Monitoramento

- ▶ Durante a validade do Selo, a SMPED monitora a acessibilidade dos sites através de um robô que faz a varredura dos sites certificados para checar se cada página se mantém acessível durante o período.
- ▶ Caso seja verificada uma diminuição da acessibilidade, os responsáveis pelo site são notificados, podendo perder a certificação.

Pontos centrais do programa



Visibilidade

Fomenta a acessibilidade do mundo digital para uma população que pouco está nas preocupações dos desenvolvedores de sites.



Conformidade

Promove e coloca em prática a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 2015, que torna obrigatória a acessibilidade de sites da internet de empresas e órgãos de governo brasileiros e prevê a necessidade de um símbolo que dê destaque à acessibilidade no site.



Confiabilidade

Possuir uma comissão isenta para concessão do certificado e constituir parceria com órgãos externos para a avaliação da acessibilidade e construção do Selo garantem a imparcialidade da certificação.



Transparência

Torna acessível a todos os cidadãos os dados da prefeitura que antes não podiam ser acessados por Pessoas com Deficiência.

Resultados



75

SITES CERTIFICADOS

de 2018 até fev. de 2020

Prefeitura acessível

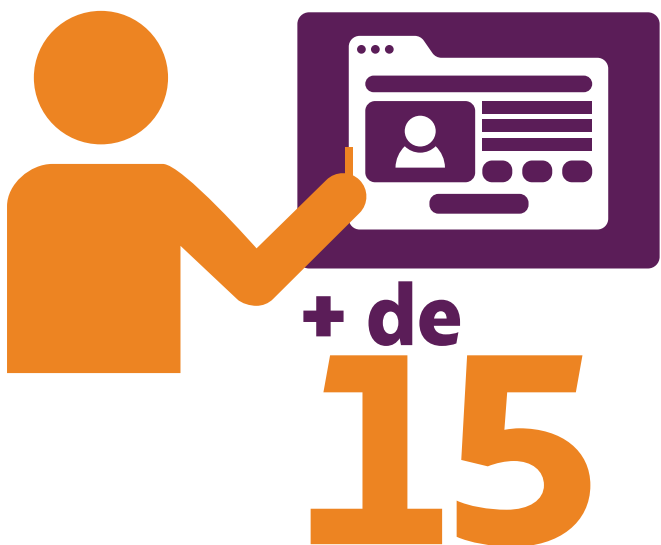
Sites das secretarias e subprefeituras da cidade de São Paulo certificados pelo Selo

220 mil

páginas acessíveis na prefeitura

32

sites da administração indireta estão sendo avaliados



+ de 15

eventos e workshops

de promoção da Acessibilidade Digital realizados, entre eles a **Campus Party**, o **Submit de Acessibilidade Digital (Handtalk)** e o **WSA 2018**



Certificação promove a Lei Brasileira de Inclusão, de 2015, ao constituir símbolo para identificar sites acessíveis



Constitui-se como uma porta de Entrada para a preocupação com Acessibilidade nas instituições



Dá visibilidade à acessibilidade digital como uma questão pública, tanto para empresas quanto para governos

2

Quais problemas busca resolver?

A acessibilidade e a Prefeitura de São Paulo

A cidade de São Paulo conta com quase 1 milhão de pessoas com deficiência. Para garantir que os direitos da população sejam contemplados, políticas públicas que promovam a acessibilidade se tornam muito relevantes. Nos últimos anos, muitos dos serviços públicos que só eram acessíveis presencialmente migraram para canais digitais.

Dessa forma, para além de promover a acessibilidade arquitetônica da cidade, a Prefeitura de São Paulo tem direcionado seus esforços para enfrentar os desafios de aplicar a acessibilidade digital em seus canais e de disseminar essa questão para a sociedade civil.

A seguir veremos uma linha do tempo que resume como a Prefeitura de São Paulo criou ações de promoção da acessibilidade digital antenada com os marcos globais relacionados à temática. Assim como, dentro desse contexto, criou a certificação do Selo de Acessibilidade Digital como estratégia de disseminar e consolidar essa prática.

Marcos para a Acessibilidade Digital

Ações da Prefeitura de São Paulo

1996

► Cria a Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA), órgão colegiado da prefeitura composto por diversas secretarias, órgãos municipais e sociedade civil de caráter consultivo e deliberativo em questões de acessibilidade na cidade de São Paulo.

1997

◄ É criada a Iniciativa Acessibilidade na Web (WAI), grupo de trabalho para discutir acessibilidade digital no âmbito do consórcio internacional de padronização de conteúdos para a Web, o W3C.

1999

◄ A WAI cria o primeiro documento de recomendações de acessibilidade para conteúdos digitais, o WCAG, cujas 66 diretrizes buscavam garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência.

Marcos para a Acessibilidade Digital

O governo federal cria o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), um guia para a constituição de conteúdos federais baseado em diretrizes de acessibilidade digital dos EUA, Canadá, Irlanda, Portugal, Espana e na primeira versão do WCAG.

2004

Ações da Prefeitura de São Paulo

Criação do Selo de Acessibilidade Arquitetônica (Decreto 45.553/2004), que certifica equipamentos públicos e privados que respeitam as normas de acessibilidade e serviu de inspiração para a estruturação atual do Selo de Acessibilidade Digital.

2005

Criação da SMPED (Decreto 45.811/2005).

2007

Lei institucionaliza a SMPED e determina que ela não pode ser extinguida (Lei 14.659/2007).

Criação do Selo de Acessibilidade Digital (Decreto 49.063/2007).

O governo federal brasileiro reformula o eMAG a partir da versão do WCAG 2.0, lançado no mesmo ano.

2008

Portaria indica o uso do eMAG para base dos critérios de análise para o Selo de Acessibilidade Digital, mas não especifica uma metodologia de análise para certificação.

Após consulta pública e ouvir especialistas sobre acessibilidade digital, o governo federal lança o eMAG 3.0, que está de acordo com as diretrizes internacionais, mas sem perder de vista as necessidades brasileiras.

2011

Marcos para a Acessibilidade Digital

Ações da Prefeitura de São Paulo

2015

Criação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que institui a necessidade de acessibilidade digital em sites (Lei 13.146/2015).

2017

Acessibilidade Digital é contemplada no Programa de metas 2017-2020 da prefeitura.

CPA se torna responsável pela concessão do Selo de Acessibilidade Digital.

A SMPED cria divisão voltada à promoção da Acessibilidade Digital na prefeitura.

2018

A WAI cria o WCAG 2.1, que complementa as diretrizes da versão anterior, prevendo a necessidade de garantir acessibilidade em qualquer orientação de tela.

Define a metodologia para concessão do Selo (Portaria 08/SMPED/2018).

Cria o Manual de boas práticas para publicadores de conteúdo digital.

Sites de Secretarias são certificados com o Selo de Acessibilidade Digital.

2019






Selo de Acessibilidade Digital é oferecido para mais de 70 sites brasileiros.

Problemas




- ▶ Apesar da acessibilidade digital nos sites ser prevista na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) como norma, ela não está estabelecida na prática, pois não foram criados mecanismos de aferição da acessibilidade digital. Estudo do Movimento Web para Todos, lançado em outubro de 2019, mostrou que apenas 1% dos sites brasileiros é acessível digitalmente.
 - Sites denunciados ao Ministério Público por não estarem em conformidade com a LBI eram notificados, mas o MP não tinha orientações sobre quais procedimentos adotar para se adequarem aos padrões de acessibilidade.
- ▶ A cultura da acessibilidade digital não é disseminada.
 - Desenvolvedores de sites e publicadores de conteúdo não tem, desde suas formações, acesso ao tema ou às diretrizes para se construir um site acessível.
 - A acessibilidade digital não está entre as prioridades de comunicação das organizações, seja por não conhecer a legislação vigente, seja por não saber quais diretrizes seguir.
 - Não havia instrumentos para o monitoramento da acessibilidade digital de um site.
- ▶ A identificação da acessibilidade de um site era difícil, sem a presença de algum símbolo ou aviso que indicasse de forma simples para o cidadão que aquele site era acessível.
- ▶ A SMPED e a Comissão Permanente de Acessibilidade eram cobradas para incluir em suas ações projetos que, além da promoção da acessibilidade física da cidade (como a arquitetura), se direcionasse para a acessibilidade digital. A inserção das pessoas com deficiência no mundo digital, de forma autônoma, era uma demanda que precisava ser enfrentada.
 - ▶ Não havia uma metodologia baseada em critérios técnicos precisos para a implementação de uma avaliação robusta para o Selo de Acessibilidade Digital, o que dificultou sua implementação em seguida de sua concepção em 2007.
 - ▶ A falta de descrição precisa desses critérios em instrumentos jurídicos e administrativos obscureciam as razões para a concessão do Selo e dificultavam a construção de ferramentas para a avaliação dos sites.

Por que fazer uma certificação?

Quando fazer

-  Identificação de questão social relevante que tem pouca visibilidade
-  Necessidade de mudança cultural dos atores envolvidos para lidar com uma questão pública
-  Inexistência de diretrizes para avaliação e para atribuir certificação.
-  Não há monitoramento da aplicação de diretrizes existentes relacionadas a um tema
-  Necessidade de constituição de ferramentas que estimulam controle social e promovem transparência em relação a uma questão pública

Quando não fazer

-  Já existem certificações ou mecanismos de monitoramento adequados
-  Mudança cultural e conscientização sobre questão pública é realizada de outra forma.
-  Diretrizes e promoção de controle social não são mecanismos adequados para promover a mudança cultural necessária para tratar o problema público em questão.

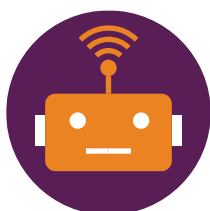
3

Por que é inovador?



Metodologia de avaliação

Formada a partir de diretrizes nacionais e internacionais de acessibilidade, trouxe robustez para a avaliação através de critérios de acessibilidade digital precisos e da constituição de um processo padronizado de avaliação realizado por pessoas sem deficiência visual e pessoas com deficiência visual.



Automatização no monitoramento

A SMPED tem um robô de verificação (web robot) que acessa as páginas certificadas para verificar se elas se mantêm dentro dos critérios de acessibilidade, além de promover avaliações detalhadas esporádicas para essa checagem. Em situações de queda da acessibilidade, caso o órgão certificado não promova mudanças em seus sites, o Selo é revogado.



Transparência

A certificação tem o formato de atributo digital nos sites certificados, uma ferramenta que possibilita que qualquer cidadão verifique e denuncie a acessibilidade do site através do atributo digital.



Equipe de avaliação técnica

Composição de equipe diversa, que conta com pessoas com e sem deficiência visual para realização de testes dos critérios de acessibilidade estabelecidos aumenta a confiabilidade da avaliação.



Idoneidade

O envolvimento de parceiros externos no processo de avaliação e o fato da concessão da certificação depender de uma comissão já conhecida por certificar a acessibilidade em outras frentes trazem legitimidade para o Selo.



Fomenta uma questão de interesse social

Os critérios, seminários e manuais criados para a disseminação do Selo dão visibilidade à Acessibilidade digital e disseminam as diretrizes necessárias para tornar sites acessíveis.

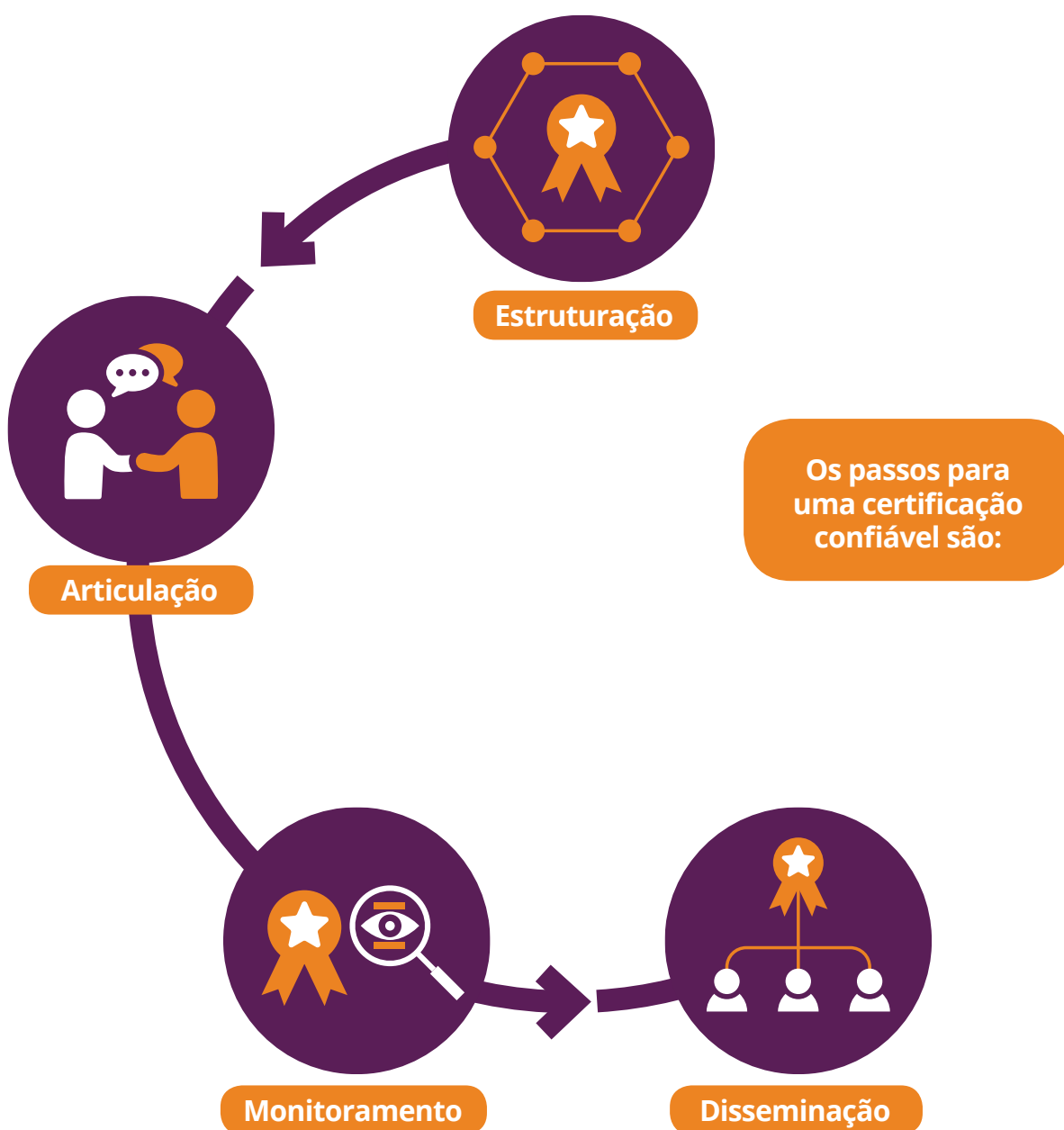


Promove a cultura da acessibilidade nas instituições

Através da certificação das 20 páginas necessárias para o Selo, o órgão público ou empresa acaba sendo sensibilizado pela questão e passa a adotar a acessibilidade digital em todas as suas ações na internet.

4

Como criar uma certificação confiável?





Estruturação

O Selo de Acessibilidade foi concebido no contexto de criação da própria secretaria em 2007. No entanto, sem critérios específicos de avaliação e concessão, nem equipe dedicada, sua implementação não foi adiante. Quando a gestão atual colocou o projeto de acessibilidade digital como prioridade, foi necessário reiniciar o processo e pensar como constituir um Selo de Acessibilidade Digital que fosse confiável, transparente e efetivamente implementado. Para tanto, a SMPED buscou:

- ▶ Assegurar a imparcialidade no processo de certificação, aumentando assim sua confiabilidade.
- ▶ Determinar procedimentos e critérios para a certificação, registrando-os em instrumentos jurídicos e administrativos, constituindo assim um processo de avaliação transparente que dava instrumentos para sua continuidade.

Esses objetivos foram garantidos através da criação de uma metodologia de avaliação e da criação de parcerias para concessão e emissão da certificação.

Criação da metodologia de avaliação

- ▶ **Identificação de normativas ou recomendações existentes sobre o tema:** Equipe da SMPED levantou as principais diretrizes normativas sobre acessibilidade digital disponíveis no mundo e no Brasil que permitiram identificar as principais preocupações para a constituição de sites acessíveis.

Para a constituição dos critérios, a SMPED utilizou sobretudo o **Web Content Accessibility Guidelines (WCAG)**, que conta com diretrizes para a construção de todo tipo de conteúdo web de maneira acessível; e o **Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG)**, guia do governo federal para tornar sites brasileiros acessíveis que adapta diretrizes internacionais constituídas no WCAG às necessidades locais.

- ▶ **Envolvimento de especialistas:** a SMPED ouviu especialistas da W3C e trouxe membros da PRODAM para a equipe. O envolvimento de especialistas foi chave para a construção dos critérios de avaliação.

► **Constituição dos critérios e fases de avaliação:** a análise das diretrizes nacionais e internacionais e o envolvimento de especialistas permitiram a constituição de duas fases de avaliação:

● **Avaliação automática:** realizada pelo próprio interessado em possuir o Selo em seu site através do avaliador automático ASES-Web, ferramenta gratuita do governo federal que segue as recomendações do WCAG e do eMAG. Essa avaliação é um filtro para entrada no processo de certificação, pois apenas quando os sites enviados para a avaliação alcançam 95% de acessibilidade nessa ferramenta que o pedido de certificação segue para avaliação técnica para concessão do Selo.

● **Avaliação técnica:** o estudo das diretrizes nacionais e internacionais permitiu a constituição de 7 critérios principais de avaliação.

- Para garantir sua precisão, esses critérios são avaliados por um especialista com e um sem deficiência visual a partir de um questionário que corresponde as diretrizes para cada um dos critérios.
- O questionário é respondido pelos avaliadores para cada uma das páginas (mínimo 20) a ser certificado, que emitem seu parecer técnico sobre a acessibilidade dos sites avaliados. As diretrizes e o questionário tratados em cada um dos critérios estão disponíveis para consulta na Portaria 28/SMPED/2019.



Dica!

Para a criação da metodologia de avaliação, é essencial o processo de busca e sistematização de diretrizes referentes ao tema da certificação. Ela permite a escolha de instrumentos já testados e traz legitimidade para a escolha dos critérios de certificação, além de aproveitar o conhecimento já existente no tema.

Os critérios baseados nos documentos WCAG e eMAG incluem:

1. Navegação na página;
2. Estrutura, navegação por cabeçalhos e por blocos de conteúdo;
3. Imagens acessíveis;
4. Preenchimento e navegação em formulários;
5. Tamanho e relacionamento de elementos;
6. Conteúdo textual;
7. Legendas, transcrições e audiodescrição.

Garantia da imparcialidade e transparência na certificação

- ▶ **Isenção na concessão e emissão de certificado:** a principal estratégia utilizada pela SMPED foi vincular a concessão e emissão dos certificados a órgãos que já atuavam nessas atividades, com legitimidade no tema.
 - A concessão foi entregue à Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA), órgão deliberativo, reconhecida dentro da temática de acessibilidade que já tinha uma iniciativa de certificação consolidada, o Selo de Acessibilidade Arquitetônica.
 - A emissão ficou sob responsabilidade da Imprensa Oficial, autoridade certificadora do governo do Estado de São Paulo que emite atributos digitais, um tipo de certificado digital mais seguro que permite a visualização por qualquer cidadão do status do Selo e a revogação do certificado, caso a página não esteja mais de acordo com os termos do Selo. Essas características são chaves para a transparência e a confiabilidade do Selo.



Dica!

Encontrar parceiros com experiência em certificação ou no tema em que se busca criar um Selo traz segurança e legitimidade para a iniciativa.

- ▶ **Avaliação técnica externa:** SMPED firmou parceria com a Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo (PRODAM) e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) do Governo do estado de São Paulo para que realizassem a avaliação técnica dos sites. O envolvimento de órgãos externos no processo de avaliação traz idoneidade para a certificação.

- ▶ **Registro dos procedimentos em instrumentos jurídicos e administrativos:** os passos necessários para a certificação, os critérios utilizados, a metodologia e o questionário de avaliação técnica foram registrados em portarias e decretos.
 - Os responsáveis por cada uma das atividades na SMPED, bem como o envolvimento dos parceiros em fases da certificação também foram registrados em instrumentos jurídicos. Isso traz transparência, deixa claras as atividades de cada um e aumenta as chances de continuidade do projeto.
 - Também há registro dos processos das certificações: uma vez que o pedido de certificação é realizado, e o requerente cumpre com os requisitos para a certificação, o processo é registrado no Serviço Eletrônico de Informações (SEI), permitindo assim o acompanhamento do pedido pelo requerente.



Dica!

O registro dos procedimentos em instrumentos jurídicos e administrativos, como decretos e portarias, aumenta a confiabilidade e a transparência do processo, permitindo que qualquer cidadão tenha acesso aos critérios e a metodologia de avaliação.

Instrumentos que viabilizaram o Selo de Acessibilidade Digital

O que é	Instrumento	Descrição	Link
Selo de Acessibilidade Digital	Decreto Municipal nº 58.997, de 4 de outubro de 2019	Confere nova redação aos artigos 2º e 3º do Decreto nº 49.063, de 18 de dezembro de 2007, que institui o Selo de Acessibilidade Digital – SAD, para a certificação de sites e portais da rede mundial de computadores (internet) acessíveis às pessoas com deficiência	http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58997-de-4-de-outubro-de-2019
Regulamentação do Selo de Acessibilidade Digital	Portaria nº28/ SMPED, de 22 de outubro de 2019	Regulamenta o Decreto Municipal nº 58.997, de 04 de outubro de 2019, no que tange ao estabelecimento de critérios e procedimentos necessários para a concessão do Selo de Acessibilidade Digital	http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-da-pessoa-com-deficiencia-smped-28-de-22-de-outubro-de-2019
Reorganização da SMPED, com a designação de responsabilidades sobre a Acessibilidade Digital	Decreto Municipal nº 58.031, de 12 de dezembro de 2017	Dentre as alterações dispostas no decreto, estão: <ul style="list-style-type: none"> ▶ CPA responsável por criar resoluções e diretrizes para a acessibilidade digital e conceder o Selo de Acessibilidade Digital ▶ Constitui a Coordenação de Acessibilidade e Desenho Universal, divisão voltada para apoiar a CPA na concessão do Selo, elaborar ações e programas de promoção da Acessibilidade Digital na prefeitura e realizar avaliações técnicas de aplicativos e sites online a pedido da prefeitura e de órgãos de fiscalização, como o Ministério Público 	http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58031-de-12-de-dezembro-de-2017
Comissão Permanente de Acessibilidade Digital- CPA Digital	Resolução CPA/ SMPED/023/2018	Constituição, no âmbito da Comissão Permanente de acessibilidade CPA, a Comissão Permanente de Acessibilidade Digital- CPA Digital	https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/CPA%2023.pdf
Projeto Acessibilidade Digital, que integra o Programa de Metas Prefeitura de São Paulo 2017-2020	Programa de Metas Prefeitura de São Paulo 2017-2020	O Programa de Metas é um instrumento de planejamento e orçamento exigido pela Lei Orgânica do Município de São Paulo desde 2008. Para responder a essas metas, o governo criou projetos estratégicos específicos. Um deles foi o Acessibilidade Digital que, entre outras ações, inclui o Selo de Acessibilidade Digital	http://programademetas.prefeitura.sp.gov.br/



Articulação

A articulação é chave para uma certificação. No caso do Selo de Acessibilidade Digital, dois movimentos de articulação foram necessários:

- ▶ Para **validar** o Selo, a SMPED estruturou a certificação articulando-se a atores que têm legitimidade tanto no tema quanto no processo de certificação.
- ▶ Para garantir a **confiabilidade**, o comprometimento de cada um dos entes da prefeitura com o propósito do Selo era necessário. Para tanto, a SMPED promoveu ações entre entes da prefeitura que engajou toda a Prefeitura com a Acessibilidade digital.

Articulação para estruturação do Selo de Acessibilidade Digital

A atuação de parceiros em diferentes processos da certificação – como avaliação, concessão e emissão do Selo – dificulta mudanças de procedimento e divide as responsabilidades sobre o Selo, trazendo assim maior imparcialidade aos processos. Além disso, a busca de atores que já tem legitimidade no tema, contribui também para a credibilidade da certificação.

- ▶ **Mapeamento:** a SMPED realizou um mapeamento de quais atores poderiam contribuir na certificação. Esse mapeamento identificou como atores relevantes para parceria:
 - Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), cuja experiência na avaliação técnica da certificação ISO 9001 e atuação no tema da tecnologia, apareceu como parceiro plausível para a Avaliação externa.

- Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA), que, por sua experiência na concessão do Selo de Acessibilidade Arquitetônica e atuação no tema da Acessibilidade há pelo menos duas décadas, se mostrava como um ator possível para atuar na concessão da certificação.
- Imprensa Oficial, cujo atributo digital interessou a SMPED por trazer mais controle para a emissão do Selo.



Dica!

Mapear atores com experiência nas atividades necessárias para uma certificação garante o cuidado com cada um dos processos por especialistas no tema e traz idoneidade ao Selo.

- ▶ **Constituição das responsabilidades:** Uma vez identificados os parceiros, foi necessário constituir quais seriam as responsabilidades de cada um, deixando isso também registrado em instrumentos jurídicos e administrativos. No caso do Selo de Acessibilidade Digital, isso pode ser verificado não só nos decretos ligados ao Selo, mas também no Decreto de reorganização da SMPED, publicado em 2017.
- ▶ **Canais de comunicação:** A configuração das responsabilidades estabelecidas nos instrumentos jurídicos de sedimentação dessas parcerias é mantida por meio de canais de comunicação, como uso de ferramentas de organização de fluxo de trabalho para a avaliação técnica e de reuniões virtuais para a decisão quanto a concessão do Selo.

Articulação e Confiabilidade

- ▶ Para legitimar a posição da SMPED como promotora de acessibilidade digital, era necessário que a prefeitura também tornasse seus sites acessíveis, mostrando-se assim engajada nessa agenda.
 - Essa estratégia também promove a disseminação para atores externos, que podem se espelhar na acessibilidade digital promovida pela prefeitura para modificar seus sites e buscar a certificação.
- ▶ A necessidade de engajamento interno motivou uma força tarefa para adequar de maneira perene os sites de administração direta da prefeitura a acessibilidade digital: a criação de um grupo de trabalho (GT) para discutir Acessibilidade Digital na prefeitura.
 - O grupo de trabalho articulou as seguintes secretarias:
 - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED)
 - Secretaria Especial de Comunicação (SECOM)
 - Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (SMIT)
 - Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo (PRODAM)

- ▶ Para disseminar a acessibilidade digital dentro da prefeitura, o GT pode identificar duas ações chave:
 - **Mudança tecnológica:** Em 2017, um levantamento dos sites da prefeitura de administração direta, realizado pela SECOM, apontou a necessidade de adequação de 220.000 páginas. Esse mapeamento identificou que o sistema e os **templates** utilizadas nos sites da prefeitura precisavam ser modificados para melhorar a acessibilidade e garantir um bom funcionamento.



Dica!

É importante criar mecanismos para que sua instituição se torne referência no que se busca promover com a certificação. Isso traz legitimidade e ajuda na divulgação do seu Selo.

- **Manutenção da acessibilidade:** o GT entendeu que a acessibilidade digital dos sites não implicava em apenas uma reestruturação inicial, mas no movimento contínuo de mudança para cada um dos novos links e conteúdos criados dentro dos sites.
 - Mapeamento mostrou que os **publicadores de conteúdo**, jornalistas e responsáveis pelos sites da prefeitura eram **peças-chaves para o processo**, pois são eles que criam os conteúdos nos sites – como notícias, chamadas e avisos – que precisam ser sempre inseridos já de maneira acessível.
- Para garantir a acessibilidade, o GT criou então um **Manual de boas práticas para publicadores de conteúdo** e constituiu um **Workshop de lançamento do Manual** para os publicadores de conteúdo da prefeitura.
- Essas ações foram constituídas para aumentar a **conscientização sobre a temática** e, especialmente no caso do workshop, **promover a escuta das demandas dos publicadores de conteúdo para tornar suas publicações acessíveis**. Ambos processos foram chave para a **disseminar a acessibilidade na prefeitura de maneira perene**.
 - Essa escuta promoveu novas alterações na estrutura dos sites da prefeitura, alinhando assim a proposta de acessibilidade digital do GT com o que era visto como necessário pelos próprios publicadores de conteúdo.
- Para que a acessibilidade digital se mantenha, hoje o Manual de boas práticas é disponibilizado para todos no site da SMPED e o sucesso da iniciativa do Workshop teve continuidade através de palestras oferecidas periodicamente sobre acessibilidade e ações de acessibilidade digital para servidores da prefeitura.

Manual de boas práticas - publicadores de conteúdo

Objetivo de orientar os profissionais responsáveis pelos conteúdos publicados nas páginas da prefeitura. O material consiste em definições, dicas e exemplos de boas práticas relevantes para que os sites e redes sociais se adequem à Acessibilidade Digital. Para isso, os conteúdos publicados em uma página devem oferecer navegação fácil e coerente e apresentar redação clara, imagens descritas e vídeos legendados.

Workshop de lançamento do Manual de boas práticas – publicadores de conteúdo

O evento promoveu a acessibilidade digital na prefeitura, conscientizou os servidores responsáveis pelos sites sobre a sua importância e escutou suas sugestões para implementação.

Mostrou a necessidade de adequação das publicações a partir da legislação, sua importância para garantir transparência, atuação da prefeitura e no tema dificuldades de acesso digital para pessoas com deficiência.

Atividades em grupos desenvolvidas com os publicadores permitiram a coleta de sugestões que posteriormente foram utilizados pela Secretaria Especial de Comunicação (SECOM) para modificar os templates dos sites da prefeitura de São Paulo.



Importante

Colher sugestões de mudança nos sites dos publicadores de conteúdo de cada secretaria ajudou no engajamento tanto com as modificações no site quanto com a questão da acessibilidade digital.



Monitoramento

- ▶ O monitoramento de quem já foi certificado é chave para o respaldo de um Selo, pois garante que apenas aqueles que dão continuidade às ações que atendam aos critérios de certificação vão mantê-lo.
- Caso o intuito da instituição que buscou a certificação fosse apenas de se ter o Selo, e não de manter as boas práticas certificadas, o Selo pode ser revogado com o monitoramento, protegendo a confiabilidade da certificação.
- ▶ Utilizando recursos tecnológicos, a SMPED previu duas possibilidades de monitoramento dos sites certificados:
 - **Robô de verificação:** desenvolvido em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), o web robot é uma aplicação de software que automatiza a checagem do padrão de acessibilidade digital nas páginas certificadas.
 - Ele realiza essa checagem incluindo automaticamente cada página certificada pelo Selo de Acessibilidade no ASES-Web e sinalizando para os membros da equipe da SMPED quando alguma das páginas conta com uma porcentagem de acessibilidade menor que 95%.
 - Quando o robô sinaliza a queda da acessibilidade da página, a SMPED contata a instituição responsável pela página pedindo para que reveja e resolva o problema. Caso não haja mudanças na página, o Selo é revogado.
 - **Atributo digital:** é um documento digital que além de ficar disponível na página certificada como um ícone, permite que qualquer pessoa, ao clicar no Selo, acesse as informações da certificação, como validade,

data de emissão e porcentagem de acessibilidade da página no momento de certificação.

- O atributo digital permite que a SMPED possa revogar o Selo quando a instituição verificada não estiver mais de acordo com os padrões do Selo.
- Ele é uma ferramenta de monitoramento para o próprio cidadão. Quando o cidadão clica no Selo de Acessibilidade Digital presente em quaisquer sites certificados, ele pode checar as informações sobre a emissão do Selo, a validade do mesmo e se a página continua sendo certificada pela SMPED, pois, caso o Selo tenha sido revogado, a certificação aparece como não encontrada.



Disseminação

Para que uma certificação possa se manter, é essencial que ela seja reconhecida e validada por instituições privadas e públicas ligadas ao tema do Selo. No caso da Acessibilidade digital, a SMPED criou estratégias de disseminação ativa para atores externos.

- ▶ O objetivo dessa disseminação ativa é alcançar o maior número possível de empresas e organizações da sociedade civil para mobilizá-los com a agenda da acessibilidade digital. Para isso, a SMPED destinou parte da equipe para divulgação do Selo na sociedade civil, realizando as seguintes atividades:
 - **Mapeamento de atores chave:** identificar atores que possam ser multiplicadores da acessibilidade digital e da certificação. Assim, buscam sempre descobrir quem são as pessoas em posição de liderança nas organizações de interesse e entendem como atores institucionais-chave as grandes empresas com visibilidade

no mercado e as organizações empresariais – que podem disseminar a informação entre as empresas associadas.

- **Mapeamento de eventos de negócios:** a cidade de São Paulo é palco para vários eventos empresariais com dirigentes de empresas e responsáveis por áreas das empresas que podem se interessar pela inclusão da acessibilidade digital nas pautas da empresa, como marketing, tecnologia da informação, recursos humanos e conformidade.
 - Apresentar palestras sobre a importância da acessibilidade digital e mesmo participar como conferencistas nesses eventos dissemina informações sobre a certificação e dá ferramentas para a SMPED buscar parcerias para outras atividades de disseminação, além de possibilitar contato com empresas que queiram se certificar.
- **Formas de engajamento:** alguns temas são fundamentais para o convencimento de atores externos sobre a necessidade da promoção da acessibilidade digital. São eles:
 - **Alcance:** a falta de acessibilidade digital dificulta o alcance das empresas e associações a um grupo de cidadãos de quase 1 milhão de pessoas, só em São Paulo.
 - **Responsabilidade social e reputação:** buscar a certificação mostra que a organização está preocupada com a inclusão social das pessoas com deficiência, o que pode promovê-la em certos nichos de atuação.
 - **Conformidade com a legislação:** a acessibilidade digital é prevista em lei e a certificação comprovaria que a empresa está de acordo com a legislação brasileira.

5

Fatores de sucesso, desafios e aprendizados

Fatores de sucesso

- ▶ **Respaldo institucional:** o Selo de Acessibilidade Digital está alinhado com o programa de metas da gestão atual, tendo assim apoio para suas ações dentro da prefeitura.
- ▶ **Equipe com autonomia:** a equipe responsável pela estruturação e implementação do Selo pode propor formas de estruturação da certificação com apoio das lideranças envolvidas com o projeto.
- ▶ **Articulação de diferentes atores relevantes:** a concepção e implementação do Selo de Acessibilidade Digital envolveu a participação de especialistas em acessibilidade, a articulação de atores de diferentes secretarias para promoção da acessibilidade digital dentro da Prefeitura de São Paulo e parcerias com órgãos externos para a avaliação e emissão da certificação. Essas estratégias de articulação foram chave para o sucesso do projeto.
- ▶ **Processo de avaliação idôneo e com confiabilidade:**
 - Critérios de avaliação claros baseados em diretrizes reconhecidas nacional e internacionalmente, o que tornou os processos transparentes e trouxe validade a certificação.
 - Avaliação técnica para a certificação em parceria com o IPT, instituição reconhecida pelos processos de verificação, trazendo idoneidade para o Selo.
 - Processo de avaliação e da concessão do Selo por órgão colegiado autônomo já reconhecido, trouxe legitimidade a certificação.
- ▶ **Monitoramento dos sites certificados:** mesmo durante o prazo de vigência (2 anos), o Selo de Acessibilidade Digital monitora os sites certificados, exigindo que o responsável pelo site se preocupe em mantê-lo dentro dos critérios exigidos pra não perder seu Selo.
- ▶ **Disseminação para profissionais:** a promoção de workshops e palestras para sensibilizar desenvolvedores e publicadores de conteúdo online sobre a necessidade da acessibilidade digital foi chave para a promoção do Selo como prática contínua desses profissionais.
- ▶ **Promoção de questão pública para a sociedade:** o Selo de Acessibilidade Digital, em suas diferentes ações de disseminação e no processo de promoção de acessibilidade digital internamente a prefeitura, ajuda a promover a pauta da acessibilidade como questão pública relevante na prefeitura e sociedade civil.

Desafios e Riscos

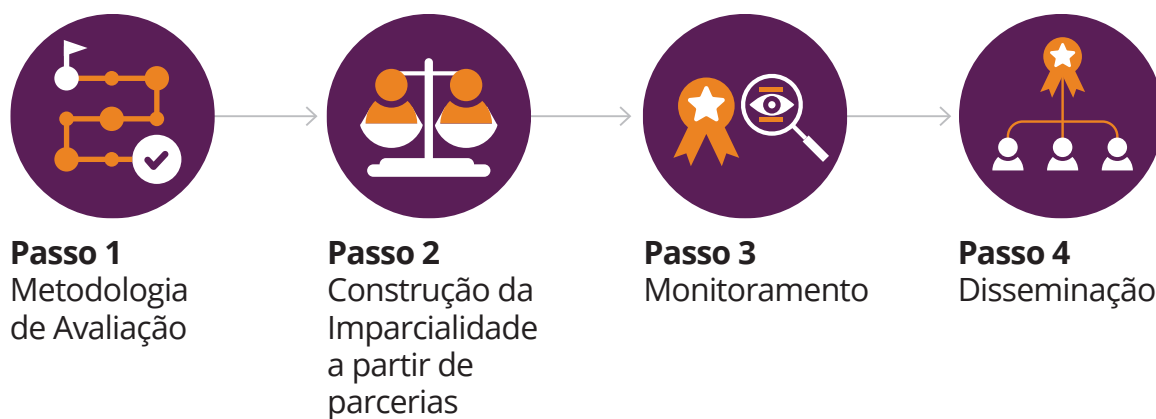
- ▶ **Cultura da Acessibilidade:** a necessidade de maior disseminação do tema da acessibilidade digital na sociedade traz uma série de desafios para a prefeitura.
 - Desinteresse e desconhecimento, mesmo entre desenvolvedores de sites e publicadores de conteúdo, sobre a necessidade legal da acessibilidade digital e sobre as formas de tornar sites e publicações acessíveis.
 - Para lidar com essa situação, a SMPED dedicou parte de sua equipe para ações de disseminação da acessibilidade digital, além de promover palestras e workshops para servidores da prefeitura e sociedade civil sobre o tema.
- ▶ **Acessibilidade Digital nos sites da prefeitura:** para a legitimidade do Selo, a acessibilidade digital precisava se tornar uma prática cotidiana e importante para toda a prefeitura.
 - Para lidar com esse processo desafiador, foi chave a constituição do grupo de trabalho intersecretarial para a discussão dessa promoção, a construção do Manual de boas práticas para publicadores de conteúdo e seu workshop de lançamento, que trouxe também a visão desses atores sobre quais seriam as ferramentas necessárias para tornar os sites acessíveis.
- ▶ **Monitoramento:** é preciso um acompanhamento constante para saber se os sites certificados se mantêm acessíveis, pois a falta de conformidade com os critérios iniciais em um site certificado diminui a credibilidade do Selo.
 - Constituição do robô de varredura automática dos sites é uma ferramenta importante para buscar resolver esse problema.
 - No entanto, a agilidade na resposta se mantém um desafio, pois, uma vez que o robô mostre um problema, é necessária uma avaliação técnica minuciosa que, com pouca equipe, não tem a agilidade desejada pelos membros da SMPED.
- ▶ **Continuidade:** mudança de gestão pode acarretar a interrupção da certificação.
 - Para enfrentar esse desafio, a SMPED buscou fortalecer o projeto com parcerias externas e com uma frente de trabalho voltada à disseminação, fortalecendo assim o Selo.
 - Construir o engajamento e contar com o comprometimento dos entes da prefeitura também foi central para fortalecer a iniciativa do Selo.

6

Como replicar?

Implementando o Selo de Acessibilidade Digital

Para construir uma certificação confiável e transparente, são necessários os **seguintes passos**:





Passo 1 Metodologia de avaliação

O primeiro passo é a constituição procedimentos e critérios precisos para avaliar cada um dos pedidos de certificação. No caso da Acessibilidade Digital, a busca de diretrizes nacionais e internacionais e a consulta a especialistas foram importantes para a constituição dos critérios e procedimentos de avaliação. Com isso em mente, tente responder as seguintes questões:

Considerando o tema da sua certificação, liste a seguir:

Instituições especialistas no tema

- ▶
- ▶
- ▶
- ▶
- ▶

Estudos, pesquisadores e especialistas no tema

- ▶
- ▶
- ▶
- ▶
- ▶

Diretrizes nacionais e internacionais (normas, leis, manuais relacionados ao tema)

-
-
-
-
-
-
-
-
-
-



Caso não existam normas e manuais relacionados ao tema, busque saber quais são as boas práticas ou os casos de sucesso na temática da certificação. Por exemplo, se o seu caso for de sustentabilidade em edifícios, busque identificar quais são as boas práticas que tem sido desenvolvidas para tornar edifícios comerciais e residenciais mais sustentáveis.

No que diz respeito aos especialistas:

É possível consultar materiais produzidos por eles?

() Sim

() Não

Quais critérios podem ser retirados desses materiais?

Material do especialista	Critérios identificados

Entre as diretrizes comuns, de que maneira essas características podem ser verificadas no objeto de sua certificação?

Critério	Forma de verificação
Exemplo: Tamanho dos ícones de sites externos	Medida mínima para ícones e/ou software de simulação de deficiência motora para clicar nos ícones disponíveis no site.



Passo 2 Construção da Imparcialidade a partir de parcerias

Para assegurar imparcialidade na certificação, a SMPED mapeou atores que pudessem se tornar parceiros para a avaliação, concessão e emissão do Selo, aumentando assim a confiabilidade da certificação.

Pensando no seu caso, busque identificar atores que:

<p>Têm experiência e são reconhecidos por atuarem sobre o tema da sua certificação</p>	
<p>Realizam avaliações técnicas para verificação da qualidade de serviços</p>	
<p>Emitem Selos ou Atributos Digitais para outras certificações</p>	

Com base na listagem anterior, identifique para cada um dos órgãos em que fase eles poderiam colaborar com sua certificação:

Avaliação	Concessão	Emissão	Disseminação

Como você pode construir parcerias com esses órgãos?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....



Passo 4 Disseminação

Para garantir a continuidade do Selo de Acessibilidade Digital, a SMPED criou uma série de estratégias para a disseminação do Selo e da cultura de acessibilidade com diferentes atores da sociedade civil. Com isso em mente, busque responder as seguintes questões.

Identifique quem faz parte do público-alvo da sua certificação:

Exemplo: no caso da SMPED, são órgãos públicos e organizações da sociedade civil que possuam sites no Brasil.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Liste atores que fazem parte do seu público alvo e como sua instituição se relaciona com esses atores.

Atores	Relacionamento

7

Glossário

- ▶ **Atributo Digital:** documento digital transparente que permite que qualquer pessoa acesse as informações da certificação à qual o atributo se refere, como validade, data de emissão e porcentagem de aprovação.
- ▶ **Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (ASES-Web):** ferramenta gratuita disponibilizada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal que permite avaliar, simular e corrigir a acessibilidade de páginas, sites e portais.
- ▶ **Campus Party:** festival de inovação e tecnologia realizado há 22 anos em 15 países diferentes com mais de 80 edições. Neste período, já reuniu mais de 3 milhões de participantes no mundo todo, oferecendo palestras, workshops e desafios.
- ▶ **Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA):** órgão colegiado de caráter consultivo, normativo e deliberativo, composto por representantes de secretarias, órgãos municipais e entidades da sociedade civil que assessora sobre os assuntos de acessibilidade arquitetônica, urbanística, comunicacional, digital, atitudinal, metodológica, programática e universal.
- ▶ **Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG):** versão brasileira das recomendações para acessibilidade de sites e portais, elaborado a partir do estudo das normas existentes em outros países e no WCAG. Sua primeira versão foi lançada em 2005 e a última (3.0) em 2011.
- ▶ **Summit de Acessibilidade Digital:** evento de acessibilidade digital realizado no Brasil, conta com transmissão ao vivo com diferentes recursos de acessibilidade (audiodescrição, legendas e intérpretes de Libras).
- ▶ **Template:** estrutura de conteúdo, com apenas a apresentação visual (apenas cabeçalhos por exemplo) e instruções sobre onde e qual tipo de conteúdo deve entrar a cada parcela do site.
- ▶ **World Summit Awards 2018 (WSA 2018):** iniciativa apoiada pelas Nações Unidas que reconhece os conteúdos digitais mais inovadores em diferentes países. Em 2018, a competição incluiu a categoria Inclusion & Empowerment.
- ▶ **Web Accessibility Initiative (WAI):** iniciativa da W3C que desenvolve padrões e materiais de suporte para divulgar e implementar acessibilidade digital.

- ▶ **Web Content Accessibility Guidelines (WCAG):** guia elaborado pela WAI para construir todo tipo de conteúdo web de maneira acessível, desde o código da página até a inserção de descrição de figuras e sons presentes na web. Sua primeira versão é de 1999 e a última (2.1) foi lançada em 2018.
- ▶ **World Wide Web Consortium (W3C):** fundado em 1994, o W3C é uma comunidade internacional composta por empresas, órgãos governamentais e organizações independentes que desenvolve protocolos para criação e interpretação de conteúdos para a Web.

8

Entrevistados

Este guia foi produzido a partir de pesquisa documental e bibliográfica e entrevistas em profundidade presenciais com profissionais envolvidos na concepção e implementação Selo de Acessibilidade Digital.

Cid Torquato

Secretário Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo. Advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, foi executivo da Lowe & Partners América Latina e da StarMedia Networks, assessor em Governo Eletrônico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Governo FHC, fundador da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo e conselheiro do CONADE – Conselho Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Escreveu o livro “Empreendedorismo sem Fronteiras – Um Excelente Caminho para Pessoas com Deficiência”, após ficar tetraplégico em 2007.

Diogo Honorato Montagner

Técnico em desenvolvimento de sistemas na Seção de Soluções de Software e Sistemas para Engenharia do Centro de Tecnologia da Informação, Automação e Mobilidade - SSSE/CIAM, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT, compondo o time de representantes de qualidade do setor em que está alocado. Em paralelo trabalha como suporte técnico ao trabalho de verificação de acessibilidade em sites e portais web, em parceria com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência da Prefeitura de São Paulo – SMPED.

Douglas Bernardes de Souza

Engenheiro de Software no projeto de reestruturação dos portais da Prefeitura na Secretarias Especial de Comunicação. Possui graduação em Ciência da Computação, licenciatura em Informática, e pós-graduação em Gestão Pública, e em Desenvolvimento de Sistemas Web.

Fabio Uzunof

Formado em engenharia elétrica (UNESP), pós-graduado na mesma área (USP) e mestrando em engenharia mecânica (UNESP), desenvolveu toda sua carreira já estando parapléxico e independente e com veículo próprio . Profissional apaixonado por inovação e desenvolvimento de negócios em diversas áreas: indústria (energia elétrica, eletroeletrônica, telecom), serviços (RH, TI, auditoria), terceiro setor e governo. Experiência de 24 anos na área corporativa e 15 anos no ensino superior (graduação e pós-graduação), em universidades públicas e privadas, como professor e coordenador nos cursos de ciências exatas e humanas (cadeirante há 26 anos).

Laercio Sant'Anna

Administrador de empresas, desde 1988 na PRODAM - Cia. De Processamento de Dados de SP, trabalhando com participação de desenvolvimento e manutenção de sistemas nas áreas Tributária, Administrativa e Financeira - como Programador, Analista Programador e, atualmente, Analista de Sistemas, responsável pelo site sobre acessibilidade, oferecendo suporte a produtos específicos para pessoas com deficiência, acessibilidade à Internet/ Intranet da PRODAM e Prefeitura de São Paulo.

Mel Gatti

Arquiteta e Urbanista, formada pela Universidade Anhembi Morumbi em Arquitetura e Urbanismo em 2005. Atualmente é a Secretária Executiva da Comissão Permanente de Acessibilidade da Cidade de São Paulo e Coordenadora de Acessibilidade e Desenho Universal da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência da Prefeitura da Cidade de São Paulo; Diretora do Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento de São Paulo - Núcleo Campinas; Conselheira Titular do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo; Coordenadora Adjunta da Comissão de Acessibilidade do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo; Palestrante nos temas sobre Desenho Universal e Acessibilidade.

Pablo Ramón Argañaraz

Assessor técnico, responsável técnico do Selo de Acessibilidade Digital na SMPED a mais de 1 ano. Membro Colaborador na Comissão da Pessoa com Deficiência da OAB de São Paulo. Formado em rede de computadores pela FIAP 2012, estudante de Direito 7º semestre, certificado em ITIL v3, consultor técnico num escritório de engenharia CONSTRUZAM, implementando projetos de acessibilidade arquitetônica por 2 anos de 2014 a 2015 e analista de Incidentes e Processo, na Caixa Econômica Federal (terceiro) por 3 anos de 2016 a 2018.

Sidney Tobias de Souza

Graduado em Administração de Empresas. É Analista de Sistemas da PRODAM e Consultor em acessibilidade digital e comunicação inclusiva da SMPED. Autor do livro “Crônicas de uma infância quase comum”, publicado pela Agbook. É diretor da Associação de Deficientes Visuais e Amigos (ADEVA).

